

HABEAS CORPUS Nº 570.204 - SE (2020/0078596-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
SAULO LAMARTINE MACEDO - SE007743
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : MANOEL ANTONIO CARVALHO VIANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MANOEL ANTONIO CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Narra o *writ* que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 23/3/2020 pela suposta prática do crimes previstos nos arts. 129, § 9º, 140 e 147, todos do Código Penal, c/c a Lei n. 11.340/06, por ter submetido seus genitores a agressões psicológicas, a injúria e a ameaças.

Assevera a impetrante que foi arbitrada fiança pela autoridade policial, permanecendo o paciente preso por não ter condições de pagá-la. Ressalta que "Em audiência foi indeferido o pedido de liberdade provisória sem fiança ao preso, tendo sido revogada a fiança e decretada a prisão preventiva, por meio de decisão teratológica, muito embora ausentes os requisitos da prisão preventiva." (fl. 4/5).

Aduz, ainda, que não era cabível na hipótese em tela a prisão preventiva, haja vista que a soma das penas máximas em abstrato para os delitos ser inferior a 4 anos, condição determinada pelo art. 313, I, do Código de Processo Penal.

Sustenta ainda que a decisão afronta a Recomendação n. 62/2020 do CNJ e expõe o desnecessariamente o paciente ao risco de contaminação da COVID-19.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja deferida a liberdade provisória ao paciente, visto que ausentes os requisitos para manutenção da prisão preventiva, com a fixação de medidas cautelares diversas contidas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente